

PL 2255/2025: IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DE LICENCIATURAS, NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NO INGRESSO À DOCÊNCIA

Lívia Cátia Soares da Silva; Alvanize Valente Fernandes Ferenc; Joana D'Arc Germano Hollerbach

ODS: Educação de Qualidade
Categoria: Ensino

Introdução

Historicamente, a formação de professores no Brasil tem enfrentado muitos desafios, como a dissonância entre teoria e prática (Gatti, 2013). É um tema que tem sido recorrente e de grande importância no cenário nacional. Apesar da LDB (Lei 9394/1996) em seu artigo 61, inciso II, prever a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço, pode-se observar que nem sempre a realidade é condizente com o que é assegurado em lei. Neste cenário, surge o Projeto de Lei 2255/2025, de autoria do deputado que propõe alterações na Lei nº 14.817/2024, acrescentando a obrigatoriedade de aferição de habilidades pedagógicas e didáticas nos concursos à carreira docente da Educação Básica.

Objetivos

- Analisar o PL 2255/2025 e suas implicações nos currículos de licenciatura, na formação de professores e no ingresso à docência;
- Discutir se o projeto pode vir a contribuir para a melhoria na qualidade da Educação Básica;
- Refletir sobre a exequibilidade da proposta e os interesses nela envolvidos.

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Embora a proposta do PL 2255/2025 valorize a prática pedagógica ao incluí-la como parte integrante do processo nos concursos para docentes, essa ação não garante, por si só a melhoria da qualidade da Educação Básica. Fatores como a fragmentação dos currículos das licenciaturas, a dissociação entre a teoria e a prática dos mesmos, e a culpabilização da figura do professor enquanto único responsável pelo fracasso escolar ainda persistem. Aliados a esses fatores, somam-se fatores estruturais como condições de trabalho, políticas públicas consistentes e planos de carreiras são igualmente determinantes para uma boa qualidade no ensino.

Conclusões

Pode-se perceber que o Projeto de Lei 2255/2025 apresenta uma proposta relevante que traz para o debate no cenário atual brasileiro a necessidade de valorização da dimensão prática na formação docente, trazendo a reflexão sobre os currículos das licenciaturas e o processo de ingresso à carreira docente. Porém, esta análise reconhece que a inclusão da prova didática por si só, não garante a qualidade da Educação Básica, sendo esta, condicionada a outros fatores de ordem estruturais, políticos e sociais, como planos de carreira, condições de trabalho e financiamento adequado. Neste sentido, considera-se a proposta prematura, sendo condição para a sua implementação, amplo diálogo com as entidades acadêmicas, sociedade e as universidades, responsáveis pela formação docente, e que contemple na sua justificativa, concepções historicamente defendidas por entidades da área.

Bibliografia

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*. v.20, n. 62, p.697- 701 jul/set 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14817.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 jan 2024.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14817.htm. Acesso em 15 maio 2025.

GATTI, Bernadete Angelina. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, n.100, p.33-45, dez/jan/fev 2013.

Apoio Financeiro

